



VOL. 2 • NO. 1 • jan./abr. 2025

BOLETIM INFORMATIVO DO OCA

Supervisão Geral: Prof. Dra. Mayane Bento**Coordenação:** Prof. Dra. Brenda de Castro**Assistente de Coordenação:** Rafaela Freitas Novaes**Revisão:** Livia Graziela Castro Lobato**PUBLICAÇÃO ESPECIAL**

O presente volume do Boletim Informativo do Observatório da COP na Amazônia (OCA) é dedicado a compartilhar as pesquisas desenvolvidas a partir do grupo de pesquisa do Observatório e que foram apresentadas em 2025 no evento **ABRI ISA LAC DPLSAT, na cidade de São Paulo**. O painel **COP 30 na Amazônia e os Desafios da Política Climática no Sul Global** foi submetido pelo OCA sob a presidência da Profa. Brenda Cardoso de Castro e contou com os comentários das professoras Mayane Bento e Tienay Costa. Reuniu quatro trabalhos de autoria de membros do grupo, que agora ganham forma publicada neste volume. Os artigos se articulam em torno de um eixo comum: **a COP 30**, a realizar-se em Belém do Pará em novembro de 2025.

01 CIÊNCIA, DECOLONIALIDADE E A REIVINDICAÇÃO DE UM LUGAR DE FALA AMAZÔNIDA NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

02 COP 30: UM FAROL RUMO A UMA TEORIA AMAZÔNICA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS?

03 O IMPACTO DO SETOR AGROPECUÁRIO NAS POLÍTICAS DE ADAPTAÇÃO CLIMÁTICA NA AMAZÔNIA: DESAFIOS E PERSPECTIVAS PRÉ – COP30 (2019 – 2024)

04 LULA III, DIPLOMACIA ATIVA E AMAZÔNIA: CONSTRUINDO O MOMENTUM BRASILEIRO RUMO À COP 30

05 COOPERAÇÃO INTERNACIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO: COP 30 E O DIREITO À CIDADE NA REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM

CIÊNCIA, DECOLONIALIDADE E A REIVINDICAÇÃO DE UM LUGAR DE FALA AMAZÔNIDA NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

¹Brenda Cardoso de Castro

²Mayane Bento Silva

³Tienay Costa

Realizada em julho de 2025, a conferência internacional conjunta da Associação Brasileira de Relações Internacionais (ABRI), da Associação de Estudos Internacionais da Região da América Latina e Caribe (ISA-LAC) e da Associação de Estudos Internacionais, Seção de Estudos Diplomáticos (ISA-DPLST), forneceu uma plataforma significativa para examinar a intrincada relação entre governança global, diplomacia e desenvolvimento sustentável, com ênfase particular nas oportunidades e desafios que o Sul Global enfrenta.

O evento se envolveu diretamente com as agendas de marcos globais iminentes, como a COP16 da Convenção sobre Diversidade

Biológica, a Cúpula do G20 no Rio de Janeiro e, mais precisamente, a COP30 sobre Mudanças Climáticas, a ser realizada em Belém, Brasil, em novembro de 2025.

No cerne dos debates, ficou evidente o entendimento de que o século XXI tem sido palco de uma intensificação das discussões sobre governança global, desenvolvimento sustentável e justiça climática, e iniciativas lideradas por atores governamentais e não governamentais do Sul Global têm buscado não apenas participar, mas reformar a estrutura de poder da política internacional, caracterizada por profundas assimetrias que prejudicam sobremaneira populações historicamente marginalizadas.

No entanto, depois de mais de duas décadas, as promessas de transformação estrutural efetiva são limitadas, perpetuando hierarquias epistêmicas e econômicas.

¹Docente efetiva do Bacharelado de Relações Internacionais da UEPA. Doutora em Sociologia e Antropologia (PPGSA/UFGA). Mestra em Ciência Política (PPGCP/UFGA). Bacharela em Relações Internacionais (UNAMA).

²Docente efetiva do Bacharelado de Relações Internacionais da UEPA. Doutora em Relações Internacionais (IREL/UNB). Mestra em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia (NUMA/UFGA). Bacharela em Relações Internacionais (UNAMA).

³Docente efetiva do Bacharelado de Relações Internacionais da UEPA. Doutora em Desenvolvimento Socioambiental (NAEA/UFGA). Mestra em Ciência Política (UFGA). Bacharela em Relações Internacionais (UNAMA).

Dessa forma, a designação de Belém do Pará como sede da COP30 carrega um profundo simbolismo geopolítico e epistêmico. Mais do que um mero local logístico, coloca a Amazônia no centro físico e discursivo das negociações climáticas globais. Belém, como principal metrópole da Amazônia oriental, é um microcosmo das tensões que definem a região: é uma porta de entrada para a floresta, um polo de saberes tradicionais e acadêmicos, mas também é palco de urbanização desordenada, conflitos fundiários e a pressão constante de um modelo econômico baseado na exploração e exportação de commodities.

A narrativa hegemônica que vê a Amazônia como uma tela em branco, um recurso que precisa ser gerenciado ou uma questão que precisa ser resolvida por forças externas está sendo desafiada ao sediar a COP30 em Belém, e representa um convite para reposicionar a região como sujeito político, produtor de conhecimento e locus de soluções sustentáveis.

Mas também há uma chance genuína de que o evento se transforme em uma vitrine para o greenwashing global, onde

promessas retóricas obscurecerão a continuação das atividades exploratórias e as vozes das comunidades tradicionais e dos povos indígenas – os verdadeiros guardiões da floresta – serão silenciadas.

Nesse contexto de altos riscos e oportunidades, a participação do Observatório da COP na Amazônia (OCA) no evento em São Paulo não foi apenas relevante, mas absolutamente necessária. Sua presença constitui um ato político-epistêmico de descolonização das Relações Internacionais e da governança climática.

Ao contrário da maioria dos think tanks e observatórios climáticos sediados nos eixos Sul-Sudeste do Brasil ou no hemisfério Norte, o OCA está sediado na Amazônia, especificamente na Universidade do Estado do Pará (UEPA).

Esta localização geográfica não é accidental; é fundamental para sua missão. Produzir uma análise da COP30 a partir de Belém significa incorrer em um lugar de fala legitimado pela experiência concreta com os desafios da região. Implica rejeitar a condição de objeto de estudo e assumir-se

como sujeito produtor de conhecimento.

O OCA opera uma virada decolonial (Mignolo, 2007; Quijano, 2000), afirmando que, para compreender e transformar a política climática na Amazônia, é imperativo ouvir e valorizar o conhecimento que nela é gerado.

Nesse ínterim, o OCA não é um projeto isolado da academia. Sua liderança por professores e alunos de Relações Internacionais de Belém e seu vínculo com a sociedade civil organizada demonstram um compromisso com a formação de uma nova geração de internacionalistas amazônicos, capazes de intervir criticamente nos debates globais.

Dessa forma, os trabalhos apresentados pelo OCA no painel **COP 30 na Amazônia e os Desafios da Política Climática no Sul Global** demonstram uma rara coerência analítica: eles evitam uma visão ingênua ou comemorativa da COP30 e, em vez disso, adotam uma postura crítica que revela as estruturas de poder subjacentes às políticas climáticas.

Em sua exposição sobre o poder material e político do agronegócio, Maria Chepuch demonstra como a Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) impactou a governança ambiental entre 2019 e 2022 e continua sendo uma grande barreira mesmo após a retomada das discussões ambientais no governo Lula entre 2023 e 2024. Sua pesquisa serve como um lembrete preocupante de que discutir a adaptação climática na Amazônia requer abordar o poder político e econômico do setor que mais explora a floresta.

Beatriz Moreira e Francisco Kelvim analisam a diplomacia climática do governo Lula com um olhar aguçado, reconhecendo seus ganhos no reposicionamento internacional do Brasil, mas apontando sua ambivalência fundamental.

A Amazônia é simultaneamente apresentada como um patrimônio comum a ser preservado e um ativo estratégico para barganha, uma contradição que obscurece a continuidade de projetos predatórios no território, como a exploração de petróleo.

Rodrigo Lopes traz para o debate uma dimensão muitas vezes negligenciada: o direito à cidade na Amazônia urbana. Seu trabalho sobre o BRT e as cooperativas de transporte em Ananindeua e Marituba é uma metáfora poderosa para os conflitos do desenvolvimento. Mostra como modelos supostamente modernizadores de cooperação e infraestrutura internacional podem falhar ao não incorporar conhecimentos e arranjos econômicos locais, aprofundando a exclusão e a segregação. É um lembrete crucial de que a justiça climática também é urbana e deve ser inclusiva.

Por fim, Stephan Sampaio fornece um aprofundamento avaliativo e de proposta teórica para todo o empreendimento do OCA. Ao investigar a necessidade de uma teoria amazônica das RI, ele demonstra que a COP30 já está atuando como um catalisador para a mobilização acadêmica crítica na região. Seu mapeamento da produção intelectual local revela uma mudança epistemológica em curso, onde as teorias decolonial, do sistema-mundo e da dependência ganham terreno, desafiando o cânone eurocêntrico da disciplina.

Coletivamente, as obras do OCA constroem uma poderosa contranarrativa às visões simplistas e externas da Amazônia. Mostram que a região não é um problema passivo, mas um campo de batalha onde projetos antagônicos para o futuro se confrontam: de um lado, o projeto neodesenvolvimentista e a colonialidade interna, herdeira do colonialismo e do golpe empresarial-militar de 1964, que veem a região como fonte de recursos e espaço para expansão do capital; de outro, um projeto popular, democrático e ecologicamente sustentável, construído a partir das lutas de povos indígenas, comunidades tradicionais, academia crítica e movimentos sociais.

A participação do Observatório da COP na Amazônia no evento ABRI, ISA-LAC e ISA-DPLST transcende o simples relato de pesquisas acadêmicas. Representa a insurgência de vozes autóctones, produzida na periferia do sistema mundial. É a materialização do argumento de que a tão esperada reforma da governança global só será possível com a inclusão substantiva das perspectivas, conhecimentos e agendas do Sul Global, não como convidados simbólicos, mas como arquitetos do processo.

O legado da COP30 será julgado não apenas pelas metas de redução de emissões acordadas em suas sessões plenárias, mas por sua capacidade de catalisar uma transformação duradoura na forma como o mundo vê e se relaciona com a Amazônia, e como a Amazônia se vê e se projeta no mundo. O trabalho do OCA é fundamental para garantir que esse legado seja de emancipação e não de reforço de velhas assimetrias.

Ao trazer para um fórum internacional de alto nível uma análise crítica, situada e profundamente informada, o OCA cumpre um papel vital: lembra aos diplomatas, formuladores de políticas e acadêmicos globais que a Amazônia tem suas próprias vozes, e que essas vozes não devem apenas ser ouvidas, mas efetivamente consideradas na construção do futuro comum do planeta. A luta pela justiça climática é, inextricavelmente, uma luta pela justiça epistêmica.

02

COP 30: UM FAROL RUMO A UMA TEORIA AMAZÔNICA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS?

⁴Stephan Sampaio

A escolha de Belém do Pará como sede da 30ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP 30), a realizar-se em 2025, projeta a Amazônia como centro estratégico das negociações climáticas globais. Mais do que um fórum internacional de governança ambiental, a COP 30 constitui uma oportunidade simbólica de reposicionar a região como produtora de conhecimento em Relações Internacionais (RI), superando a condição histórica de objeto de estudo subordinado a epistemologias externas (Porto-Gonçalves, 2006; Lobato; Castro, 2021).

Diante disso, o artigo parte do pressuposto de que megaeventos internacionais funcionam como vetores de mobilização acadêmica (Tickner, 2013) e busca analisar se a COP 30 pode catalisar uma agenda amazônica em RI. Para tanto, adota metodologia qualitativa de natureza analítico-descritiva,

baseada em revisão bibliográfica, análise de conteúdo (Bardin, 2011) e estudo de caso múltiplo (Yin, 2009). O recorte empírico concentra-se nos cursos de RI da Universidade do Estado do Pará (UEPA) e da Universidade da Amazônia (UNAMA), com foco na produção acadêmica entre 2021 e 2025 — período que contempla o anúncio de Belém como cidade-sede e a preparação para o evento.

Os resultados revelam a emergência de uma produção crítica e situada, ainda que desigual entre as instituições. Na UNAMA, de 103 trabalhos analisados, apenas 8 tiveram a Amazônia como objeto central (7,4%). Apesar da baixa proporção, identificou-se o uso de teorias críticas como a decolonialidade (Mignolo, 2007; Quijano, 2000), o sistema-mundo e a teoria da dependência, além da valorização de autores amazônicos e latino-americanos, como Ailton Krenak e Arturo Escobar. Já na UEPA, de 53 trabalhos, 18 (34%) focaram diretamente na Amazônia, abordando temas como conflitos ecoterritoriais, biopirataria, justiça climática e expressões culturais, com crescente mobilização de epistemologias críticas (Bento, 2019; Picq, 2016).

⁴Discente de Relações Internacionais da Universidade do Estado do Pará (UEPA)

Ainda que as menções diretas à COP 30 sejam incipientes — aparecendo de forma explícita apenas em alguns trabalhos recentes (Morbach, 2025; Pinheiro, 2023) —, observa-se sua presença como horizonte político e simbólico. A centralidade da Amazônia como sujeito de análise indica um processo de deslocamento epistemológico em curso, que dialoga com os debates sobre a necessidade de pluralizar e descolonizar a disciplina de RI (Acharya; Buzan, 2010; Tickner, 2003).

Por fim, o estudo conclui que a COP 30 já atua como catalisadora de mobilizações acadêmicas e institucionais na região, fortalecendo redes críticas e ampliando a visibilidade de saberes situados. O impacto de longo prazo dependerá da capacidade das universidades amazônicas de consolidar linhas de pesquisa, ampliar a circulação internacional de suas produções e disputar narrativas sobre o lugar da Amazônia no mundo.

Nesse sentido, a construção de uma teoria amazônica de Relações Internacionais não é apenas possível, mas necessária diante dos desafios contemporâneos

de justiça climática, pluralismo epistêmico e reconfiguração das hierarquias globais de saber. A realização da COP 30 em Belém pode ser compreendida, assim, como um farol a iluminar caminhos para a emergência de epistemologias amazônicas que tensionem o cânone disciplinar e projetem a região como centro legítimo de produção teórica nas RI.

REFERÊNCIAS

ACHARYA, A.; BUZAN, B. (Orgs.). **Non-Western International Relations Theory**. London: Routledge, 2010.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2011.

BENTO, M. **Colonialismo e colonialidade no Brasil e na Amazônia paraense**. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) – Universidade Federal do Pará, 2019.

LOBATO, L. C.; CASTRO, B. C. de. Repensando as Relações Internacionais a partir de uma Amazônia interconectada. In: FERNANDES JÚNIOR, A.; VAZ, C. A. C.; FERREIRA, R. C. de O. (Orgs.). **Além da floresta: um olhar internacional sobre a Amazônia**. Boa Vista: IOLE, 2021.

MIGNOLO, W. El pensamiento decolonial: desprendimiento y apertura. In: CASTRO-GÓMEZ, S.; GROSGOUEL, R. (Orgs.). **El giro decolonial**. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, 2007.

MORBACH, G. da G. **COP-30 e a corrida pelo desenvolvimento na Amazônia: uma análise crítica sob o olhar pós-estruturalista**. TCC (Bacharelado em RI) – Universidade do Estado do Pará, 2025.

PICQ, M. Rethinking IR from the Amazon. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 59, n. 2, e003, 2016.

PINHEIRO, E. R. **Governança ambiental global sobre fundos ambientais: a iniciativa do Fundo Amazônia Oriental**. TCC (Bacharelado em RI) – Universidade da Amazônia, 2023.

PORTO-GONÇALVES, C. W. A **Globalização da Natureza e a Natureza da Globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

QUIJANO, A. **Coloniality of Power, Eurocentrism and Latin America**. *Nepantla*, v. 1, n. 3, p. 533–580, 2000.

TICKNER, A. Core, periphery and (neo)imperialist International Relations. **European Journal of International Relations**, v. 19, n. 3, p. 627–646, 2013.

TICKNER, A. B. **Seeing IR differently: Notes from the Third World**. *Millennium*, v. 32, n. 2, p. 295–324, 2003.

YIN, R. **Case Study Research: Design and Methods**. 4. ed. Thousand Oaks: Sage, 2009.

03

**O IMPACTO DO SETOR
AGROPECUÁRIO
NAS POLÍTICAS
DE ADAPTAÇÃO
CLIMÁTICA
NA AMAZÔNIA: DESAFIOS E
PERSPECTIVAS
PRÉ – COP30 (2019 – 2024)**

⁵Maria Chepuch

Este estudo investiga o impacto do setor agropecuário nas políticas de adaptação climática na Amazônia, com recorte temporal de 2019 a 2024. A questão central é compreender como a bancada ruralista, por meio da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), influenciou a formulação de políticas ambientais, afetando diretamente a governança climática do território amazônico (Bruno, 2021).

O agronegócio brasileiro é um setor estratégico para a economia nacional, responsável por parcela significativa do PIB, das exportações e da geração de empregos. Contudo, seu modelo produtivo — baseado na expansão territorial, no uso intensivo de insumos químicos e na concentração fundiária — tem provocado severos impactos

socioambientais (Carvalho, 2012). Na Amazônia, essa expansão acelerou o desmatamento, ampliou conflitos socioambientais e contribuiu significativamente para o aumento das emissões de gases de efeito estufa.

O problema central analisado neste estudo é a contradição entre o papel da Amazônia como bioma estratégico para o equilíbrio climático global e a prevalência de interesses econômicos que fragilizam a formulação de políticas consistentes de adaptação às mudanças climáticas. Essa contradição também reflete tensões históricas do desenvolvimento brasileiro, que privilegia a exportação de commodities em detrimento da soberania alimentar e da proteção de modos de vida tradicionais.

A pesquisa é de caráter qualitativo e foi conduzida por meio da análise de: decisões e proposições legislativas no Congresso Nacional (2019–2024), documentos oficiais de órgãos governamentais e relatórios de organizações da sociedade civil e observatórios ambientais. Essa abordagem permitiu identificar as estratégias políticas da FPA, compreender sua influência sobre

⁵Discente de Relações Internacionais da Universidade do Estado do Pará (UEPA)

a legislação ambiental e avaliar seus efeitos práticos na governança climática da Amazônia.

Entre 2019 e 2022, durante o governo Bolsonaro, houve um desmonte sistemático da política ambiental no Brasil. Cortes orçamentários, enfraquecimento institucional e legislações favoráveis ao agronegócio marcaram o período. Destacam-se medidas como a Lei do Agro (2020), que intensificou a financeirização da terra; o PL do Licenciamento Ambiental (2021), que flexibilizou regras ambientais; o PL da Grilagem (2021), que incentivou a ocupação ilegal de terras públicas; e o Pacote do Veneno (2022), que ampliou a liberação de agrotóxicos, apesar dos riscos envolvidos.

Com a chegada do governo Lula (2023–2024), sinalizou-se uma retomada da agenda ambiental. Houve recomposição orçamentária de órgãos como Ibama e ICMBio, reativação do Fundo Amazônia e criação do Ministério dos Povos Indígenas. A nomeação de Marina Silva ao Meio Ambiente reforçou o

compromisso simbólico com mudanças, ainda que a influência da Frente Parlamentar da Agropecuária no Congresso tenha persistido como obstáculo.

O estudo conclui que a atuação da bancada ruralista continua sendo um dos principais entraves à construção de políticas climáticas robustas na Amazônia. Embora a região seja estratégica para o equilíbrio climático global, o embate entre sustentabilidade e interesses econômicos permanece. Nesse contexto, a realização da COP30 em Belém representa uma oportunidade simbólica e geopolítica para reposicionar o Brasil internacionalmente.

No entanto, sem a inclusão efetiva de povos indígenas, ribeirinhos, quilombolas e demais comunidades tradicionais, o evento corre o risco de apenas reiterar velhas lógicas de exploração. O futuro da adaptação climática na Amazônia dependerá da capacidade do Estado em equilibrar as pressões do agronegócio com demandas socioambientais, garantindo uma agenda inclusiva.

Assim, a COP30 pode representar tanto um marco de transformação quanto uma vitrine de contradições, a depender do compromisso político com a justiça climática.

REFERÊNCIAS

ASCEMA – Associação Nacional dos Servidores de Meio Ambiente.

Cronologia de um desastre anunciado: ações do governo Bolsonaro para desmontar as políticas de meio ambiente no Brasil. Brasília, DF: ASCEMA, 2020.

BERNARDES, Júlia Adão. Expansão do agronegócio na Amazônia: dinâmicas e contradições. **Revista Tamoios**, São Gonçalo, v. 18, n. 1, p. 60–73, 2022.

BINKOWSKI, P. Dinâmicas e relações de poder nos conflitos agrários brasileiros. In: BINKOWSKI, P. (org.). **Análise de conflitos e relações de poder em espaços rurais.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2018.

BRUNO, R. Bancada ruralista, conservadorismo e representação de interesses no Brasil contemporâneo. In: MALUF, R.; FLEXOR, G. (orgs.). **Questões agrárias, agrícolas e rurais: conjuntura e políticas públicas.** Rio de Janeiro: E-papers, 2017. p. 155–168.

BRUNO, R. **Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA): campo de disputa entre ruralistas e petistas no Congresso Nacional brasileiro.** Estudos Sociedade e Agricultura, v. 29, n. 2, p. 461–502, 2021.

CARVALHO, J. G. O processo de industrialização da agricultura e a questão agrária no Brasil. **Reagro – Revista Eletrônica de Agronegócio**, v. 2, p. 1, 2012.

GAZZONI, Décio Luiz. A agricultura brasileira: evolução e desafios. In: BUAINAIN, Antônio Márcio et al. (org.). **O mundo rural no Brasil do século 21: a formação de um novo padrão agrário e agrícola.** Brasília: Embrapa, 2013. p. 111–142.

MACHADO, Lia Zanotta. **From the time of rights to the time of intolerance: the neoconservative movement and the impact of the Bolsonaro government: challenges for Brazilian anthropology.** Vibrant, 2020, p. 1–35.

POMPEIA, Caio. **Formação política do agronegócio.** São Paulo: Elefante, 2021.

POMPEIA, Caio. A reascensão da extrema-direita entre representações políticas dos sistemas alimentares. **Antropolítica: revista contemporânea de antropologia**, v. 1, 2021, p. 115–139.

04

LULA III, DIPLOMACIA ATIVA E AMAZÔNIA: CONSTRUINDO O MOMENTUM BRASILEIRO O RUMO À COP 30

⁶Beatriz Moreira

⁷Francisco Kelvim

O artigo analisa como a política externa do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em seu terceiro mandato, vem utilizando a Amazônia como peça central na construção do *momentum* brasileiro rumo à COP 30, que será realizada em Belém do Pará, em 2025.

A pesquisa combina Análise da Política Externa com Teoria Crítica das Relações Internacionais e Análise Crítica do Discurso (Fairclough, 1995; 2005), examinando discursos de Lula em fóruns multilaterais como UNFCCC, OTCA, G20 e BRICS+, entre 2022 e 2025.

O ponto de partida é a COP 27, no Egito, quando Lula, ainda presidente eleito, anunciou ao mundo que “o Brasil está de volta” (Brasil, 2022a). Essa fala marcou a retomada de uma diplomacia ativa (Visentini, 2012),

em contraste com o isolamento internacional do governo anterior (Hirst; Maciel, 2022). Desde então, o país buscou reposicionar-se como liderança do Sul Global, combinando compromissos ambientais com a defesa de maior justiça climática e financiamento internacional para perdas e danos (Cox, 1981; 1992).

Nesse movimento, a Amazônia ocupa lugar ambivalente nos discursos presidenciais: ora como patrimônio comum da humanidade a ser preservado, ora como ativo estratégico capaz de ampliar o poder de barganha do Brasil (Rocha, 2019). Essa dialética reforça a legitimidade internacional do país, mas também oculta contradições domésticas, como a continuidade da exploração de petróleo e o avanço do licenciamento ambiental flexível (INEP, 2024).

O estudo mostra que, entre 2022 e meados de 2025, Lula conseguiu recolocar o Brasil no centro da agenda climática. Exemplos disso foram a reativação da OTCA, a realização da Cúpula Amazônica em Belém (Brasil, 2023c), a presidência brasileira no G20 e no BRICS+,

⁶Bacharel em Relações Internacionais pela Universidade do Estado do Pará. Militante do Movimento dos Atingidos por Barragens. beatrizmoreira.bel@gmail.com

⁷Bacharel em Arqueologia pela Universidade Federal de Rondônia. Militante do Movimento dos Atingidos por Barragens. fkelvimnobre@gmail.com

além da defesa reiterada de que a COP 30 seja a “COP da virada” (Brasil, 2024). O desafio, contudo, permanece: a baixa adesão dos países às metas do Acordo de Paris e a ausência dos Estados Unidos nas negociações ameaçam reduzir o peso político do encontro.

Conclui-se que a política externa de Lula III, ancorada na centralidade da Amazônia e no estilo de diplomacia ativa, já produziu ganhos concretos de imagem e influência. O Brasil volta a ser visto como ator indispensável para a governança climática global (Ricupero, 2017), mas o verdadeiro legado da COP 30 dependerá de sua capacidade de transformar capital simbólico em avanços efetivos — tanto para a política internacional quanto para a própria realidade amazônica.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Presidência da República. **Discurso do presidente Luiz Inácio Lula da Silva na COP 27**. Sharm el-Sheikh, 16 nov. 2022a..

BRASIL. Presidência da República. **Discurso do presidente Luiz Inácio Lula da Silva durante a Cúpula dos Países Amazônicos**. Belém, 8 ago. 2023c

BRASIL. Presidência da República. **Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na 3ª Sessão da Reunião de Líderes do G20**. Rio de Janeiro, 19 nov. 2024.

COX, Robert W. Social Forces, States and World Orders: Beyond International Relations Theory. *Millennium: Journal of International Studies*, v. 10, n. 2, p. 126-155, 1981.

COX, Robert W. Multilateralism and World Order. *Review of International Studies*, v. 18, n. 2, p. 161-180, 1992.

FAIRCLOUGH, Norman. *Critical Discourse Analysis: The Critical Study of Language*. Harlow: Longman, 1995.

FAIRCLOUGH, Norman. *Language and Globalization*. London: Routledge, 2005.

HIRST, Monica; MACIEL, Tadeu. **A política externa do Brasil nos tempos do governo Bolsonaro**. SciELO Preprints, 2022.

INEEP. *Boletim de Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural*. n. 4, nov. 2024.

RICUPERO, Rubens. *A diplomacia na construção do Brasil: 1750-2016*. Rio de Janeiro: Versal, 2017.

ROCHA, William Monteiro. *Da belle-époque à bréa-époque: Relações Internacionais e a governança das mudanças climáticas na Amazônia*. Tese (Doutorado) – Universidade de Brasília, 2019.

VISENTINI, Paulo G. F. *A política externa do governo Lula: a diplomacia da mudança*. Porto Alegre: UFRGS, 2012.

05

**COOPERAÇÃO
INTERNACIONAL PARA
O DESENVOLVIMENTO:
COP 30 E O DIREITO
À CIDADE NA REGIÃO
METROPOLITANA DE BELÉM**

⁸Rodrigo de Lima Lopes

Este artigo discute o tema da cooperação internacional para o desenvolvimento na Amazônia, com ênfase nas contradições entre a implementação de grandes projetos de infraestrutura e a realidade das dinâmicas locais. (LOUREIRO, 2019). O objetivo central é analisar como a ausência de inclusão de atores sociais historicamente presentes, como as cooperativas de transporte em Ananindeua e Marituba, compromete a efetividade das políticas públicas e da própria cooperação internacional na região (KRAYCHETE, 2016).

O estudo parte de um contexto marcado por dilemas do desenvolvimento sustentável: de um lado, a pressão por modernização dos sistemas de transporte, exemplificada pela introdução do BRT na Região Metropolitana de Belém;

de outro, a permanência de sistemas informais de transporte que garantem acesso a bairros não atendidos pelo novo modelo. Esse contraste evidencia um problema estrutural: a incompatibilidade entre modelos importados de gestão da mobilidade urbana e a complexidade social e territorial da Amazônia (BECKER, 2005).

Metodologicamente, o artigo adota uma abordagem qualitativa, fundamentada em revisão bibliográfica, análise documental e levantamento cartográfico.

O mapeamento detalhado das cooperativas de transporte em atuação nos municípios de Ananindeua e Marituba constitui o produto final da pesquisa, permitindo identificar áreas descobertas pelo BRT e demonstrar a relevância dos atores sociais locais.

Os principais resultados indicam que a cooperação internacional no campo da mobilidade urbana ainda opera em lógicas verticalizadas, privilegiando grandes financiadores e governos, enquanto negligencia a participação das comunidades impactadas.

⁸Bacharel em Relações Internacionais – Universidade da Amazônia – UNAMA /
Discente/Pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Geografia – PPGG/UEPA

O estudo mostra que a não integração das cooperativas ao sistema de transporte formal tende a acentuar desigualdades territoriais, reforçar a segregação espacial e fragilizar o direito à cidade, uma vez que o desenvolvimento urbano frequentemente resulta em um espaço fragmentado, onde áreas ricas e pobres coexistem lado a lado, mas com acesso desigual aos recursos e serviços (CASTELLS, 1983).

Isso resulta em uma paisagem metropolitana que refletirá assim a segregação espacial fruto de uma distribuição de renda estabelecida no processo de produção. Tal segregação aparece no acesso a determinados serviços, à infraestrutura, enfim aos meios de consumo coletivo. (CARLOS, 1992, p. 42).

Conclui-se que uma cooperação internacional mais eficaz na Amazônia deve adotar uma perspectiva holística, que reconheça as especificidades socioterritoriais e inclua atores sociais historicamente marginalizados.

O artigo sugere como desdobramentos a necessidade de ampliar o debate sobre modelos de governança urbana inclusivos, capazes de conciliar inovação tecnológica com justiça social, além de propor que experiências locais sejam levadas em consideração nas negociações multilaterais sobre desenvolvimento sustentável.

REFERÊNCIAS

BECKER, Bertha. **Geopolítica da Amazônia**. Estudos Avançados, São Paulo, v. 19, n. 53, p.71-86, 2005.

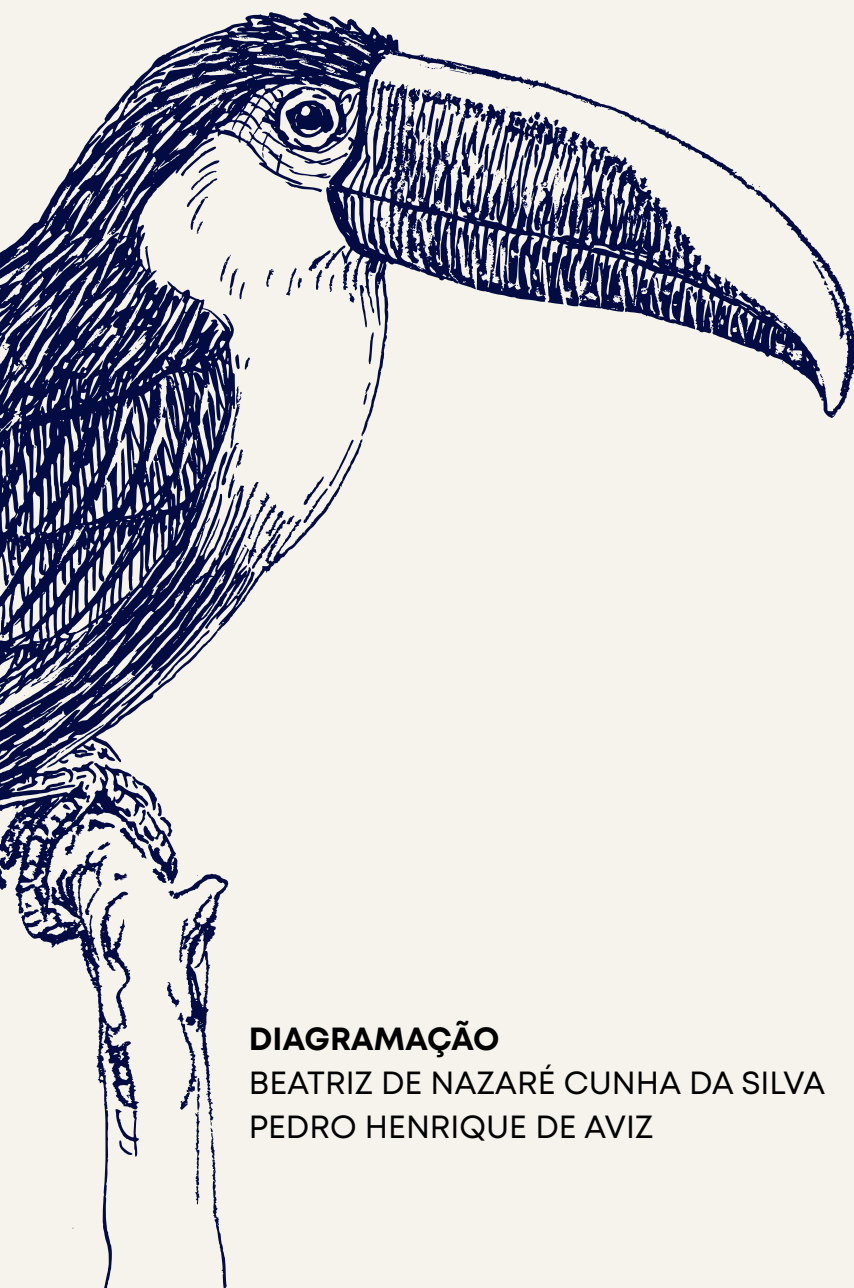
CARLOS, Ana Fani A. **A Cidade**. São Paulo: Contexto, 1992.

CASTELLS, Manuel. **A Questão Urbana**. 1. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1983.

KRAYCHETE, Eliane S. Cooperação internacional para o desenvolvimento: institucionalidades e agendas em distintos contextos econômicos e políticos. In: IVO, A.B.L., ed. **A reinvenção do desenvolvimento: agências multilaterais e produção sociológica**. Salvador: EDUFBA, 2016, p. 229-268. ISBN: 978-85-232-1857-7. Disponível em: <https://doi.org/10.7476/9788523218577.0007>.

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. **Amazônia: Estado, Homem, Natureza**. São Paulo: Editora Ateliê, 2019..

EDITO RIAL



DIAGRAMAÇÃO

BEATRIZ DE NAZARÉ CUNHA DA SILVA
PEDRO HENRIQUE DE AVIZ

BOLETIM INFORMATIVO DO OCA

SUPERVISÃO GERAL

PROF. DRA. MAYANE BENTO

COORDENAÇÃO

PROF. DRA. BRENDA DE CASTRO

ASSISTENTE DE COORDENAÇÃO

RAFAELA FREITAS NOVAES

REVISÃO

LÍVIA GRAZIELA CASTRO LOBATO

CIÊNCIA, DECOLONIALIDADE E A REIVINDICAÇÃO DE UM LUGAR DE FALA AMAZÔNIDA NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

BRENDA CARDOSO DE CASTRO

MAYANE BENTO SILVA

TIENAY COSTA

COP 30: UM FAROL RUMO A UMA TEORIA AMAZÔNICA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS?

STEPHAN SAMPAIO

O IMPACTO DO SETOR AGROPECUÁRIO NAS POLÍTICAS DE ADAPTAÇÃO CLIMÁTICA NA AMAZÔNIA: DESAFIOS E PERSPECTIVAS PRÉ – COP30 (2019 – 2024)

MARIA CHEPUCH

LULA III, DIPLOMACIA ATIVA E AMAZÔNIA: CONSTRUINDO O MOMENTUM BRASILEIRO RUMO À COP 30

BEATRIZ MOREIRA DE OLIVEIRA

FRANCISCO KELVIM NOBRE DA SILVA

COOPERAÇÃO INTERNACIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO: COP 30 E O DIREITO À CIDADE NA REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM

RODRIGO LIMA LOPES